



## Congresso confirma veto a opção ao fator previdenciário

Jefferson Rudy/Agência Senado



Funcionários do Judiciário ocuparam as galerias do Plenário da Câmara e o gramado em frente ao Congresso para acompanhar a votação

Decisão sobre reajuste de até 78,56% para servidores da Justiça está entre os seis temas que não foram analisados. Sessão se estendeu até as 2h20 da madrugada e manteve, no total, 26 vetos

Com a manutenção do veto presidencial ao projeto que criava uma alternativa ao fator previdenciário — redutor do valor das aposentadorias —, deve ficar valendo a medida provisória editada para regular o assunto, como queria o governo. A sessão de ontem também manteve, entre outros vetos, o que atingia dois itens do projeto que regulamentou os direitos das domésticas; o que impede a conversão de uma ação individual em coletiva; e o que derrubou exigência de que partidos tenham pelo menos cinco anos de existência para poderem se fundir. Quanto ao veto ao reajuste do Judiciário, a análise foi adiada por falta de quórum. **12**

### Mulheres policiais denunciam assédio frequente

Cerca de 40% das agentes de guardas municipais, perícia criminal, corpo de bombeiros, polícia civil e Polícia Federal já sofreram assédio moral ou sexual,

quase sempre de superior hierárquico. A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher debateu ontem como garantir a punição dos envolvidos. **10**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcela Oliveira, Katya Flávia Caixeta, Regina Miki, deputada Keiko Ota, Tais Cerqueira e Marly Bertolino



Gerardo Magela/Agência Senado

Jacy Afonso, da CUT, e Juliana Donato, do BB, na audiência com Paulo Paim (C)

### Para sindicatos, proposta da Lei das Estatais busca privatização

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos ontem, dirigentes sindicais e representantes de funcionários de empresas públicas criticaram

pontos do projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais, que está em análise no Senado. Eles pediram que seja retirada a urgência da proposta. **4**

Gerardo Magela/Agência Senado



O ministro Eliseu Padilha fala no Senado, ao lado de João Alberto Souza

### Governo afirma que preço de tarifa aérea para o Norte baixará

O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, explicou no Senado que o governo oferecerá subsídios a companhias áreas para que os bilhetes para cidades da Região Norte fiquem mais baratos. **9**

### Plenário aprova nomes para embaixadas na Sérvia e na Etiópia

Isabel Heyvaert será embaixadora na Sérvia e em Montenegro, nos Balcãs. Octávio Côrtes ocupará a embaixada na Etiópia e, cumulati-

vamente, no Djibuti e no Sudão do Sul, nordeste da África. Os dois haviam passado por sabatina na Comissão de Relações Exteriores. **3**

Acatadas 2 indicações do STF para o Conselho Nacional de Justiça **3**

Grande consumidor de energia poderá escolher fornecedor **5**

Projeto facilita compra de peças de reposição de automóveis **8**

Texto cria regras para doação de dinheiro a faculdade pública **6**

Pesquisadores defendem o Ciência sem Fronteiras **7**

Condecoração será dada a seis mulheres que se destacam por atuarem na defesa das pessoas com deficiência. Entre elas, está a deputada Mara Gabrielli, que é tetraplégica

# Senado entrega amanhã Comenda Dorina Nowill

O SENADO FAZ amanhã uma sessão especial para comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Na sessão, entregará a Comenda Dorina Nowill, dedicada a pessoas que tenham feito contribuições relevantes aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. O evento terá início às 11h, no Plenário.

A edição 2015 premiará seis mulheres: a deputada federal Mara Gabrielli (PSDB-SP), que é tetraplégica e foi a primeira secretária municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo e relatora do recém-sancionado Estatuto da Pessoa com Deficiência; a ex-deputada federal Rosinha da Adefal, que é paraplégica, secretária da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas e ex-presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal); a socióloga Aracy Maria da Silva Lêdo, presidente da Federação Nacional das Apaes; Maria Luiza Costa Câmara, ex-integrante



Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Romário e Elmano Férrer, que integram o conselho que escolheu as homenageadas

do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência; e as servidoras do Senado Loni Elisete Manica, assessora parlamentar especialista em educação de pessoas com deficiência, e Solange Calmon, criadora e apresentadora do programa *Inclusão*, da TV Senado.

Pela primeira vez desde a

criação da comenda, a Gráfica do Senado imprimiu os convites para a cerimônia também em braile. Na ocasião, haverá a entrega de exemplares do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O grupo responsável pela escolha das agraciadas é o Conselho da Comenda Dorina

Nowill, presidido pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

## Homenagem póstuma

O conselho também decidiu homenagear in memoriam a própria Dorina Nowill. Ela perdeu a visão aos 17 anos de idade, mas, numa época em que livros em braile eram

raros, ela continuou os estudos e formou-se professora primária. Posteriormente, continuou os estudos na Universidade Columbia, nos Estados Unidos. Foi presidente do então Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos (hoje União Mundial dos Cegos) e criou a Fundação Dorina Nowill, voltada para ajudar deficientes visuais. Dorina Nowill morreu em São Paulo em 2010, aos 91 anos.

Integram o conselho, além de Lídice, os senadores Romário (PSB-RJ, vice-presidente), Ana Amélia (PP-RS), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Elmano Férrer (PTB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (DEM-RN), José Medeiros (PPS-MT), Lindbergh Farias (PT-RJ), Magno Malta (PR-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Otto Alencar (PSD-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

## Saiba quem são as seis premiadas deste ano

### Aracy Maria da Silva Lêdo

Aracy Lêdo é formada em sociologia e pós-graduada em alfabetização no ensino fundamental.

Atualmente, é presidente da Federação Nacional das Apaes.

Foi secretária municipal de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre, presidente da Federação das Apaes do Rio Grande do Sul e diretora-presidente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul.

### Mara Gabrielli

É publicitária, psicóloga e deputada federal. Foi a primeira titular da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo e a primeira deputada federal tetraplégica do país.

Ela foi relatora do projeto de lei que criou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em 1997, a deputada fundou o Instituto Mara Gabrielli, que desenvolve programas de defesa de direitos das pessoas com deficiência. Além disso, representa a causa dos deficientes nos meios de comunicação, como colunista e apresentadora.

### Solange Sotelo Pinheiro Calmon

É servidora do Senado, onde criou, produz, dirige e apresenta o programa *Inclusão*, da TV Senado, no qual desde 2005 aborda temas pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência e aos direitos humanos. Foi contemplada com 13 prêmios de jornalismo nacionais e 1 internacional com o programa *Inclusão*.

Teve a iniciativa de oferecer ao diretor-geral do Senado a mão de obra de grupo de cegos revisores de braile para trabalhar na Gráfica do Senado.

### Loni Elisete Manica

É servidora do Senado e doutora em educação. Tem mais de 32 anos de dedicação à educação, em especial de pessoas com deficiência.

Foi responsável pelo planejamento e disseminação do Programa Senai de Ações Inclusivas, que visava preparar alunos com deficiência para o mercado de trabalho. É autora de um livro e diversos artigos na área.

Em 2005, recebeu o Prêmio Referência Nacional pelo trabalho que coordenou relacionado à capacitação dos docentes cegos em softwares leitores de tela.

### Maria Luiza Costa Câmara

Natural de Itabuna (BA), é bacharel em biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia. Foi integrante do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência, eleita no Fórum da Mulher no Rio de Janeiro, e atuou como palestrante e representante do Brasil no Fórum Americano de Mulheres com Deficiência, em Washington.

Tem experiência com projetos de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência na Bahia. É militante e exerce a presidência da Associação Baiana de Deficientes Físicos.

### Rosinha da Adefal

Aos 2 anos de idade, Roseane Cavalcante de Freitas foi acometida pela poliomielite (paralisia infantil), que lhe retirou a mobilidade das pernas. Apesar da limitação física, construiu uma trajetória de luta pelos direitos da pessoa com deficiência e da mulher.

Formou-se em direito, foi vereadora em Maceió e elegeu-se deputada federal em 2010. Servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Alagoas, é secretária estadual da Mulher e dos Direitos Humanos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Sabatina para a Anatel**  
8h30 A Comissão de Infraestrutura sabatina Otavio Luiz Rodrigues Junior, indicado ao Conselho Diretor da Anatel.
- CDR Ameaça de despejo**  
9h A Comissão de Desenvolvimento Regional faz debate sobre moradores da Quadra 88, Setor Universitário, Goiânia.
- CMA Rio Araguaia**  
9h30 A Comissão de Meio Ambiente faz a segunda audiência pública interativa para instruir o PLS 248/2014, que cria regras para a preservação do Rio Araguaia.
- CCJ Tecnologia social**  
10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa 27 itens. Entre eles, o PLS 111/2011, que cria a Política Nacional de Tecnologia Social.
- CE Dia do Surdo**  
10h A Comissão de Educação promove audiência pública interativa destinada a debater sobre o Dia Nacional do Surdo.
- CAE Responsabilidade fiscal**  
14h A Comissão de Assuntos Econômicos debate o PLS 229/2009, que trata de contabilidade pública voltada para a responsabilidade no processo orçamentário.
- MP 677/2015 Fundo de Energia**  
14h Análise de relatório sobre MP que autoriza a Chesf a participar do Fundo de Energia do Nordeste.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, 13 itens para análise.
- AGENDA BRASIL Dívida da União**  
14h30 A Comissão do Desenvolvimento Nacional analisa o PRS 84/2007, que define um limite para a dívida da União.
- MP 680/2015 Proteção ao emprego**  
14h30 Análise de parecer à MP que cria o Programa de Proteção ao Emprego.
- MP 676/2015 Previdência Social**  
14h30 Análise de relatório sobre a MP que trata de benefícios da Previdência.
- CPI DO FUTEBOL Marco Polo Del Nero**  
15h Na pauta, nove requerimentos, como o que convoca o presidente da CBF.
- TRANSPOSIÇÃO Requerimento**  
15h Comissão que acompanha obras no São Francisco analisa requerimento.
- MP 691/2015 Plano de trabalho**  
15h Comissão da MP que autoriza venda de imóveis da União define ações.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211  
**Acompanhe:** • **Portal e-Cidadania:** [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Aprovados embaixadores para Sérvia e Etiópia

Plenário confirmou os nomes de Octávio Henrique Côrtes, indicado para o cargo na Etiópia, Djibuti e Sudão do Sul, e de Isabel Cristina Heyvaert, para Sérvia e Montenegro

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem os indicados para os cargos de embaixadores na Etiópia e na Sérvia. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes foi o indicado da Presidência da República para a representação diplomática na Etiópia e, cumulativamente, no Djibuti e no Sudão do Sul, repúblicas do nordeste da África. Já Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert foi indicada para a embaixada na Sérvia e, conjuntamente, em Montenegro, na região europeia dos Balcãs.

Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no dia 10, Octávio Côrtes explicou que as relações do Brasil com a Etiópia ganharam novo impulso após a reabertura da missão diplomática permanente brasileira, em 2005. Em resposta, o país africano abriu sua missão permanente em Brasília em 2011.

A Etiópia é o segundo país mais populoso da África, com quase 100 milhões de habitantes e mais de 1 milhão de quilômetros quadrados de extensão. A população é formada por uma maioria de cristãos ortodoxos e muçulmanos.



Os diplomatas Octávio Henrique Côrtes e Isabel Cristina Heyvaert durante sabatina dos senadores na Comissão de Relações Exteriores, no dia 10 de setembro

Nona maior economia do continente, a Etiópia é um dos países que mais crescem na África, assinalou Octávio Côrtes. Ainda assim, permanece entre os mais pobres do mundo. Somente os Estados Unidos enviaram US\$ 4,5 bilhões ao país em 2014, a fundo perdido. Segundo o diplomata, a balança comercial é “cronicamente deficitária”, registrando, em 2014, exportações da ordem de US\$ 3 bilhões e importações na casa de US\$ 10 bilhões.

Côrtes assinalou que, a despeito das fragilidades econômicas, a Etiópia exerce papel político importante, tanto no

plano continental como no regional.

Adis Abeba, a capital da Etiópia, também sedia a União Africana (UA), sucessora e com papel político mais ativo do que a antiga Organização dos Estados Africanos (OEA).

## Balcãs

Com cerca de 7 milhões habitantes, a Sérvia é uma das repúblicas nascidas a partir da dissolução da Iugoslávia, mantendo como sede a antiga capital, Belgrado.

Para Isabel Heyvaert, a Sérvia entrou bastante fragilizada nas negociações que resultaram na Convenção de Bruxelas,



Fotos: Gerardo Magaña/Agência Senado

destinadas a normalizar as relações entre os territórios da ex-Iugoslávia. Isso porque o país foi antes submetido a bombardeio de forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sem autorização prévia do Conselho de Segurança da ONU.

— A Convenção de Viena preconiza que acordos não podem ser obtidos à força — salientou ela na sabatina na CRE.

Segundo Isabel, o país concordou com termos do tratado, ainda que continue a negar a independência da província de Kosovo, já que a assinatura foi condição para que o país pudesse se candidatar a mem-

bro da Comunidade Europeia.

De acordo com a diplomata, a Sérvia enfrenta “desafios de crescimento”. Ainda possui características do período do regime socialista, com empresas públicas obsoletas, que precisam se modernizar para competir no mundo global.

Também na CRE, os diplomatas confirmaram que os países onde trabalharão estão localizados em rotas de migração de populações da África e do Oriente Médio que buscam a Europa, fugindo de conflitos e pobreza. No entanto, afirmaram que as nações estão atuando de modo equilibrado na questão.

## Senado aceita duas indicações do STF para o Conselho Nacional de Justiça

O Plenário aprovou ontem duas indicações do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen e o juiz Bruno Ronchetti de Castro vão representar a magistratura estadual no órgão. A aprovação será comunicada ao STF.

A busca de solução de conflitos por meio de técnicas alternativas, como a mediação e a arbitragem, foi o ponto central abordado na sabatina

dos indicados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo eles, a negociação extrajudicial de acordos pode aliviar a sobrecarga do Poder Judiciário.

A indicação de Levenhagen, que recebeu 50 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção, teve como relator Antonio Anastasia (PSDB-MG). Raimundo de Lira (PMDB-PB) foi o relator da indicação de Ronchetti de Castro, que recebeu 56 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.

## Plenário confirma juiz Shuenquener para Conselho do Ministério Público

Com 53 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, o juiz federal Valter Shuenquener de Araújo teve o nome confirmado pelo Plenário para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ele foi indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

O conselho faz a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar de todo o Ministério Público brasileiro, que inclui os dos estados e o da União (Federal, Militar, do Trabalho e do Distrito Federal e Territórios).

Presidido pelo procurador-geral da República, o conselho é composto por quatro integrantes do Ministério Público da União; três dos Ministérios Públicos dos estados; um juiz indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados escolhidos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado.

## Comissão avalia impacto de obras no São Francisco

A comissão temporária do Senado que acompanha as obras de transposição e revitalização da Bacia do Rio São Francisco quer avaliar o impacto do empreendimento na vida da população do Rio Grande do Norte. Hoje a comissão reúne-se para votação de requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) que prevê audiência pública sobre o tema na assembleia legislativa do estado, em Natal.

“Ainda que não traga solução para as secas, que

ocorrem devido a fatores climáticos, a transposição permitiria aos nordestinos minimamente sobreviver a elas. Dado o caráter estruturante que tem a obra para o semiárido do Nordeste, é fundamental que se discutam com profundidade seus impactos em cada um dos estados daquela região”, afirma a senadora no requerimento.

O debate, em data a ser definida pela comissão, deverá ter participação de autoridades federais e locais, representantes sindicais

e empresariais, criadores de animais e lideranças do estado.

A transposição do São Francisco segue em execução, com previsão de entrega de um trecho de aproximadamente 40 quilômetros nos próximos meses. As obras tiveram início em 2007, divididas em eixo norte (que atende Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e eixo leste, que abrange áreas não atendidas pelo eixo norte na Paraíba e em Pernambuco.



Estação de bombeamento do eixo norte do projeto de integração do Rio São Francisco foi entregue no mês passado

Ministério da Integração Nacional

Para dirigentes sindicais que participaram de debate ontem, proposta em análise no Senado pode promover privatização generalizada. Eles pedem retirada de urgência do texto

# Sindicatos questionam projeto de Lei das Estatais

AGENDA BRASIL

DIRIGENTES SINDICAIS PEDIRAM ontem, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a retirada da urgência do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais (PLS 555/2015). Para eles, a proposta, apresentada como forma de aprimorar a gestão dessas empresas, seria na verdade uma ameaça ao patrimônio dos brasileiros porque promoveria, na prática, uma privatização generalizada.

Incluído na Agenda Brasil, que reúne um conjunto de medidas de incentivo à retomada do crescimento econômico, o projeto foi debatido em audiências anteriores na comissão mista que elaborou a proposta. O texto estava na pauta do Plenário ontem, mas não houve acordo para votação. Se depender dos representantes dos trabalhadores, a proposta deve voltar a ser debatida pelas comissões do Senado.

Eles alegam que o projeto aproveita um momento de fragilidade do governo e das empresas estatais (especialmente a Petrobras, pivô de esquema de corrupção envolvendo construtoras e políticos) para pôr em curso um processo de desmantelamento do Estado.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), prometeu dialogar com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da atual versão do projeto, com o presidente do



Presidente da CDH, Paim (C) comanda audiência pública com João Antônio, Jacy Afonso, Juliana Donato e Deyvid da Silva

Senado, Renan Calheiros, e com líderes partidários para aprofundar o debate.

Entre outros pontos, o texto estipula que empresas públicas e de sociedade de economia mista serão agora constituídas sob a forma de sociedade anônima. Dá também prazo de dois anos para que essas empresas coloquem ao menos 25% de suas ações em circulação no mercado. O objetivo é garantir liquidez e facilitar a eleição de membro dos conselhos de administração pelos minoritários.

Representante de trabalhadores da Petrobras, Deyvid da Silva disse que o projeto prolonga debate já superado nas eleições de 2014, que colocou de um lado defensores do “Estado mínimo” e, de outro, aqueles que acham importante manter setores estratégicos nas mãos do governo:

— O projeto traz a possibilidade de, infelizmente, termos o capital financeiro determinando decisões em empresas que são instrumentos de implementação de políticas públicas de Estado — apontou.

Opinião semelhante tem Jair Pedro Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal. Segundo ele, com a justificativa de garantir transparência, o projeto obriga essas empresas a abrirem capital à iniciativa privada, o que contraria os interesses dos trabalhadores e da maior parte da população brasileira:

— O mercado está preocupado em garantir os recursos dos seus investidores. Não está preocupado com o cidadão.

Se o projeto for aprovado como está, a Caixa, que é uma empresa pública, subordinada ao governo, terá participação

de outros acionistas na gestão. Não é o que espera Juliana Donato, do Conselho de Administração do Banco do Brasil. Ela lembrou que neste ano o governo tentou transformar a Caixa em sociedade anônima, mas recuou após mobilização dos sindicatos.

— A maioria da população brasileira é contra as privatizações, contra a entrega do patrimônio público — disse ela.

## Prioridade ao capital

Para João Antônio de Moraes, da Federação Única dos Petroleiros, a abertura do capital da Caixa, do BNDES e de outras instituições públicas ameaça programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida:

— Um banco que tenha como prioridade o mercado de capitais não pode financiar a casa para os pobres — disse.

Integrante do Conselho de

Administração da Caixa, Maria Rita Serrano disse que a mídia vende uma falsa imagem de que a privatização é o caminho para moralizar a gestão:

— Como se os modelos privados de gestão fossem a sétima maravilha do mundo, como se as empresas privadas não tivessem sérios problemas de governança e mesmo de transparência. O HSBC talvez seja o mais recente. A multinacional está agora com sérias denúncias de corrupção.

Outro ponto controverso do projeto, de acordo com os sindicatos, é a restrição à participação nos conselhos de administração de pessoas com filiação sindical e partidária. De acordo com o texto, os conselhos de administração das estatais deverão ter presença mínima de 20% de membros independentes e seus integrantes não poderão ter parentesco com pessoas no comando do Executivo ou da empresa.

— O que tem de mais perverso nesse projeto é a criminalização da política: dizer que ser militante [de partido político] é não ter competência para assumir os conselhos — criticou a senadora Regina Sousa (PT-PI).

Jacy Afonso, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), classificou a proposta como afronta aos direitos democráticos. Para ele, só serão enquadrados no perfil pessoas que atendam os interesses do capital:

— É como botar uma raposa para cuidar do galinheiro.

## Telmário quer respeito a manifestantes em Boa Vista

Telmário Mota (PDT-RN) pediu à Assembleia Legislativa de Roraima que mantenha a serenidade e receba representantes da população da capital, Boa Vista, para tratar da regularização de terras na cidade.

Ele disse que a governadora, Suely Campos, apresentou projeto de regularização na terça e mais de mil pessoas foram à assembleia para acompanhar o assunto. Só que o grupo, segundo o senador, foi recebido de forma truculenta e antidemocrática. Muitas pessoas foram espancadas e houve uso de gás de pimenta.

— Apelo aos deputados sensatos que estão na assembleia para que recebam uma comissão desse povo tão sofrido e tão abandonado.



Fotos: Jefferson Ruy/Agência Senado

## Paim rejeita urgência na votação da lei sobre empresas públicas

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a retirada da urgência na análise do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais (PLS 555/2015). A proposta estava prevista para entrar na pauta do Plenário, mas não foi analisada.

O texto integra a Agenda Brasil, que reúne uma série de propostas de estímulo à volta do desenvolvimento econômico. Para Paim, o assunto é complexo e exige debate mais aprofundado antes de ser votado.

— Como é que vamos avaliar um estatuto que foi fruto de uma discussão de quatro senadores e quatro deputados, em duas ou três reuniões? Vamos encaminhar então para a comissão especial [da Agenda Brasil], vamos debater lá na comissão especial, onde estão inúmeros senadores — afirmou.

## Fátima Bezerra pede que Dilma vete as doações empresariais

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu à presidente da República que vete, no projeto de lei que muda as regras eleitorais, o dispositivo que autoriza o financiamento empresarial de campanhas. Aprovado semana passada pela Câmara, o texto foi enviado à sanção.

Ela lembrou que a decisão do Supremo Tribunal Federal julgando inconstitucional o financiamento empresarial de campanha pode fundamentar o veto de Dilma e que mais de 80% dos brasileiros são contrários às doações de empresas para partidos e candidatos.

— Estaremos dando um passo substancial para que possamos ter eleições mais limpas, mais democráticas, mais éticas, menos midiáticas e mais programáticas.



## Ana Amélia critica aumento do ICMS no Rio Grande do Sul

Preocupada com os conflitos entre a Brigada Militar e manifestantes contrários ao aumento do ICMS no Rio Grande do Sul, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a situação financeira do estado se agrava e gera reações, especialmente dos servidores públicos. Mesmo eximindo de culpa pelo cenário o atual governador, José Ivo Sartori, a senadora disse ser contrária ao aumento do imposto proposto pelo governo, lembrando que quem vai pagar a conta são os consumidores.

— A situação do Rio Grande do Sul é crítica, pelo descompasso entre o aumento do que gasta o estado e a receita que recebe. O cidadão, que já pagava o alto preço da crise, estará obrigado agora, se a proposta for aprovada, a pagar mais caro por energia elétrica, combustíveis e serviços de telefonia, todos impactados pelo ICMS.

## Decisão do STF é um grande avanço, diz Lasier Martins

Lasier Martins (PDT-RS) chamou de grande avanço para a moralidade pública a decisão do STF que declarou inconstitucional a doação de empresas a campanhas. Frisando que as investigações da Operação Lava-Jato têm confirmado a contaminação da política pela corrupção, disse esperar que a posição do STF inaugure uma “nova era na disputa política”. O senador defendeu mais lisura nos pleitos e mecanismos para o eleitor revogar mandatos de políticos eleitos.

— A nefasta influência do poder econômico nas eleições está no cerne de casos de corrupção como os apurados pela Lava-Jato. Precisamos criar dispositivos que evitem esse total desvirtuamento da política.



## Pinheiro comemora maior geração solar e eólica na Bahia

Walter Pinheiro (PT-BA) destacou em Plenário o crescimento da geração de energia eólica e solar na Bahia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pinheiro relatou que a Bahia já possui um dos maiores parques eólicos do Brasil e que, em agosto deste ano, o estado teve participação destacada no leilão de energia solar promovido pelo governo. Segundo ele, em breve a Bahia estará distribuindo energia limpa para várias partes do país e terá um dos maiores parques eólicos da América Latina.

— Colher o vento à noite e colher durante o dia a incidência dos raios solares. E por que não juntar essas duas matrizes às estruturas existentes? Vamos economizar com o uso das linhas de transmissão que já existem.

O senador frisou que o uso de novas fontes ganha importância neste momento de crise na matriz hidrelétrica, quando o Rio São Francisco, que abastece os principais lagos para geração de energia, sofre perda de vazão.

## Otto: é necessário buscar alternativas às hidrelétricas

Otto Alencar (PSD-BA) destacou no Plenário os avanços na geração de energia alternativa em seu estado, especialmente o aproveitamento da energia eólica. O senador, que destacou o grande potencial dos ventos na Bahia, lembrou que a criação de parques eólicos no estado incentiva a abertura de empresas e modifica a economia das regiões onde são instalados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Otto chamou a atenção para a importância de buscar alternativas ao custo elevado das usinas térmicas e à crise das hidrelétricas no Nordeste. Ele cobrou a revitalização do Rio São Francisco, afirmando que a situação do rio é de extrema gravidade e está associada ao desmatamento.

— O Rio São Francisco doou a Minas Gerais, à Bahia, a Pernambuco, a Alagoas e a Sergipe tudo o que ele pode doar ao longo da sua história e pouco recebeu de volta. É um ente generoso o Rio São Francisco, mas pouco recebeu de investimento.

Comissão aprova projeto de Delcídio do Amaral que estende a livre escolha de fornecedor de eletricidade a todos os grandes usuários, não importando o nível de tensão em que estejam ligados

# Mais consumidores poderão escolher serviço de energia

PROJETO PARA QUE os grandes consumidores de energia, não importando o nível de tensão em que estejam interligados à rede elétrica, possam escolher livremente o fornecedor desse serviço foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O PLS 239/2014, de Delcídio do Amaral (PT-MS), acaba com a atual exclusão dos consumidores atendidos em tensão inferior a 69 quilovolts (kV).

A autonomia de escolha já é assegurada aos grandes consumidores que se interligaram à rede depois da edição da Lei 9.074/1995. A norma estabeleceu a liberdade de contratação de fornecimento para todos os consumidores com carga igual ou maior que 10 mil quilowatts (kW), atendidos em qualquer tensão. Decorridos cinco anos da edição da lei, o direito de optar pela livre contratação passou a valer também para os consumidores com carga superior a 3 mil kW, em qual-



Genildo Mangel/Agência Senado

Aloysio relatou texto que segue agora para a Comissão de Infraestrutura

quer tensão. Os consumidores que se conectaram ao sistema elétrico antes de julho de 1995, contudo, só foram autorizados a exercer a opção pelo livre mercado se estivessem interligados à rede em tensão igual ou maior que 69 kV.

“Por questão de isonomia, esse tratamento assimétrico entre agentes semelhantes tem que ser corrigido”, argumenta Delcídio na justificativa do projeto, que segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em decisão terminativa.

O relator da proposta na CMA, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que a lei vigente chegou a estabelecer diretrizes para uma mudança gradual na direção do livre mercado, de modo amplo. Para isso, explicou, foi delegada ao Poder Executivo a tarefa de, discricionariamente, reduzir limites de carga e tensão estabelecidos na Lei 9.074/1995. “Passados 20 anos, o Executivo nada fez”, critica Aloysio. Segundo o relator, o projeto vai sanar o problema.

## Comissão vai debater qualidade do sistema elétrico

Depois de avaliar relatórios sobre o desempenho e as condições do sistema elétrico nacional, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) decidiu fazer audiência pública para debater a qualidade e a segurança dos serviços nessa área de infraestrutura. O tema entrou em pauta após a apresentação de análises sobre dois relatórios encaminhados à comissão, um dos quais proveniente do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia a segurança energética do país. O segundo foi o relatório de gestão da prestação de contas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 2014.

A auditoria do TCU, que constou de relatório de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), concluiu que há indícios de que a capacidade de geração de energia elétrica encontra-se em condições estruturalmente ineficientes para garantir a segurança energética dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Quanto ao relatório da Aneel, referente às atividades de 2014, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observa que o documento apresenta dados de fiscalização dos serviços de energia, da geração à distribuição, e de fiscalização da gestão econômico-financeira

das concessões e permissões (1.322 ações, acima das 929 planejadas no início do ano). O texto diz ainda que a frequência de interrupção de serviços em unidades consumidoras, em número de interrupções por ano, fica abaixo do previsto, com exceção do Centro-Oeste.

Para Aloysio, apesar de um quadro considerado “auspicioso” no que se refere à qualidade dos serviços e à modicidade das tarifas, essa não seria a realidade dos consumidores de todo o país. Segundo ele, nos últimos tempos, tem havido um agravamento dos desligamentos inesperados dos serviços, com blecaute em vários estados. Os índices de qualidade mínimos estabelecidos pela Aneel, disse, devem ser mais rigorosos.

Aloysio foi também o relator de aviso do TCU contendo decisão sobre relatório a respeito de renúncias de receitas, por

parte do governo, a partir de 2008, em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Renda, e seus impactos sobre as transferências obrigatórias para estados e municípios.

Ele disse que as cobranças do TCU “ênfaticam o óbvio”, a necessidade de estimativas que minimamente seriam necessárias para respaldar desonerações tributárias. Para ele, isso deveria ser feito tanto pelo Executivo quanto pelo Congresso, que teria aprovado as desonerações sem “maiores indagações”.

— Joaquim Levy [ministro da Fazenda] classificou as desonerações de brincadeiras perdulárias sem que se tivesse análise dos impactos positivos que se esperavam delas, sem que fosse sequer projetado qual seria a eficiência esperada em termos de desenvolvimento econômico e social.



Marcello Casati/ABR

Relatório do TCU questiona capacidade de geração de energia elétrica no país

## Ataídes apoia corte no orçamento do Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse considerar “mais do que justa” a proposta do governo



Jefferson Rudy/Agência Senado

de reter até 30% dos recursos arrecadados pelo chamado Sistema S, que abrange Sesi, Senai, Sebrae, Sesc e outras entidades. Ele disse que o Sistema S é mantido por toda a sociedade, por meio de repasses feitos pelas empresas; possui investimentos elevados, que ele estima atualmente em mais de R\$ 20 bilhões; e descumpre várias obrigações, como a exigência de garantir gratuidade nos cursos oferecidos à população.

— No Tocantins, uma dona de casa, para fazer um curso de cabeleireira, paga R\$ 1.680. Sou um defensor do sistema, quero aprimorá-lo. Mas nunca ouvimos a minha voz. Existe o dinheiro, mas ele não é aplicado na atividade-fim, que é qualificar a mão de obra, ajudar os pequenos e médios empresários, que estão sufocados. Quando batem na porta do Sebrae, para entrar têm que pagar.

## Paim cobra mais reconhecimento aos auditores fiscais

Paulo Paim (PT-RS) cobrou em discurso o reconhecimento ao trabalho dos auditores fiscais da Receita Federal, destacando a complexidade e a importância da atuação desses profissionais para o desenvolvimento do país.

Segundo o senador, a ação dos auditores fiscais proporcionou ao governo federal, no ano passado, arrecadação superior a R\$ 1 trilhão, o que representa cerca de 70% de toda a arrecadação tributária do país.

A categoria tem função de destaque no combate à fraude e à sonegação, ressaltou. Ele considera, porém, que o governo federal menospreza os auditores fiscais e mostra-se incapaz de propor um aumento de salário condizente ao trabalho.

— Os esforços do auditor fiscal em prol do crescimento da arrecadação federal têm sido ignorados, em termos remuneratórios, pelo governo federal. Vinte e seis estados da Federação remuneram melhor seus auditores fiscais do que o próprio governo federal — afirmou o senador.

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação estabelece regras para que universidades criem fundos para gerir dinheiro doado por pessoas físicas, como ex-alunos, e jurídicas

## Avança texto sobre doações a faculdade pública

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS poderão criar fundos vinculados para receber e administrar recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas. É o que determina o PLS 16/2015, de Ana Amélia (PP-RS), aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto agora será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto, relatado por Simone Tebet (PMDB-MS), procura consolidar no Brasil uma tradição bastante comum nos Estados Unidos e em outros países: as doações por parte de ex-alunos ou empresas visando ao fortalecimento do ensino ou ao desenvolvimento das pesquisas.

Simone disse que fundos com esse objetivo já vêm sendo adotados por instituições públicas e privadas, como o Instituto Técnico Aeroespacial (ITA), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Escola Politécnica e a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, ambas da Universidade de São Paulo (USP). A senadora acredita que um dos grandes obstáculos para sua disseminação, além de nossa pequena



A senadora Ana Amélia, autora do projeto aprovado: doações são frequentes nos EUA, mas ainda são raras no Brasil

tradição no assunto, é a ausência de legislação apropriada.

— Esses fundos têm um enorme potencial de arrecadação, como já mostram os EUA, e deverão servir só para pesquisa e inovação, diminuindo assim o impacto das intervenções políticas — explicou.

Simone lembrou que o financiamento das universidades públicas no Brasil tem enfrentado muitos problemas. Mantidas pelo Estado, as instituições têm pouca tradição na captação de recursos privados

e agora passam por restrições orçamentárias graves.

### Hospitais

Buscando fortalecer a cultura de doações no Brasil, a senadora também incluiu a possibilidade de criação desses fundos por parte de hospitais sem fins lucrativos, museus e entidades de apoio à cultura. O objetivo é incrementar o terceiro setor.

A soma das deduções fica limitada a 6% do valor do imposto devido.

Os fundos deverão ser vinculados às instituições que os criarem e serão formados exclusivamente por dotações próprias e doações de bens, móveis e imóveis, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas. E o patrimônio de cada fundo deverá ser separado — contábil, administrativa e financeiramente — do patrimônio das instituições a que se vinculam.

Deverá também ser criado um conselho de administração, composto, no mínimo, por cinco participantes.

Dalírio Beber (PSDB-SC) apoiou o projeto por vincular diretamente a participação dos doadores aos investimentos em pesquisa e inovação. Fátima Bezerra (PT-RN) também votou a favor e disse esperar que na CAE instituições como a Associação dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) sejam mais consultadas.

Marta Suplicy (sem partido-SP), que estudou na Universidade Stanford, nos EUA, confirma a importância desses fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país:

— Atualmente são mais de US\$ 30 bilhões à disposição dessas universidades, como Harvard e outras, desde que sejam públicas ou sem fins lucrativos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) espera que o projeto provoque uma mudança cultural no próprio ambiente acadêmico brasileiro, na opinião dele, ainda refratário à participação de recursos privados.

Douglas Cintra (PTB-PE) manifestou interesse em relatar o projeto na CAE. Antonio Anastasia (PSDB-MG) também elogiou Simone por ter ampliado o escopo inicial da proposta.

## Punição maior para violência de torcida organizada

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto que aumenta as sanções para as torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos ou atos de vandalismo em estádios e outros lugares (PLS 28/2014). A proposta é do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), que é ministro do Desenvolvimento.

O texto final, fruto de relatório de Dalírio Beber (PSDB-SC), estabelece pena de um a quatro anos de prisão a membros dessas torcidas que se envolverem em situações de violência ou confrontos ou que invadirem os locais restritos apenas aos competidores durante os eventos.

Também poderão pegar a mesma pena os torcedores que se envolverem em distúrbios num raio de 5 quilômetros ao

redor dos jogos ou durante os trajetos de ida e volta.

O projeto, que agora será analisado na CCJ, também determina punição para quem portar ou transportar no estádio, ou durante o trajeto, instrumento que possa servir para a prática de violência, assim como os presidentes e diretores da torcida que se

envolverem em conflito. Se a violência resultar em morte ou lesão corporal grave, a punição aumenta em um terço.

Outras mudanças foram acatadas. Passa a ser proibida a transferência de verba pública para torcidas organizadas e deverá ser dissolvida a torcida cujos integrantes promoverem atos de vandalismo.



Projeto aprovado ontem em comissão fixa até 4 anos de prisão para envolvidos

## Urgência para modernizar ensino na Marinha

Seguiu para o Plenário em regime de urgência, após aprovação ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE), proposta do Executivo que trata do ensino profissional marítimo.

Como ressaltou o relator (PLC 120/2015), senador An-

tonio Anastasia (PSDB-MG), o projeto é uma reivindicação da Marinha, visando à modernização do ensino na Força.

O projeto passa a manutenção da área ao Comando da Marinha, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino.

O texto também estabelece que quem quiser ingressar em algum curso das escolas de formação de oficiais da Marinha Mercante deverá preencher alguns requisitos. Entre eles, estar em dia com as obrigações militares e eleitorais e ter entre 17 e 23 anos.

## Audiência vai discutir restrições de pesca e compensações ambientais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública para tratar dos efeitos das restrições, previstas em leis e portarias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que impedem a pesca de 4 mil espécies de peixes em rios de todo o país.

O debate proposto por Benedito de Lira (PP-AL) deve avaliar o prejuízo causado pelas proibições aos pescadores artesanais. No requerimento, o senador destaca que o tema envolve todo o setor pesqueiro nacional.

Segundo Benedito de Lira, dados divulgados pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores revelam também graves problemas em relação aos beneficiários das multas ambientais relacionadas a essas restrições e das compensações decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da administração pública.

A audiência pública terá a participação do procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; do presidente da Confederação Nacional dos

Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz; do presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, Armando Burle; e do diretor presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil, Elizeu Augusto de Brito.

Também foram convidados representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

A audiência será amanhã, a partir das 8h, contará com o serviço de língua brasileira de sinais (Libras) e será interativa.



Benedito propôs debate sobre tema que envolve todo o setor pesqueiro

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Ciência sem Fronteiras tem avaliação positiva

Pesquisadores que participaram de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia destacaram a importância do programa federal para o fim do isolamento científico do país

APESAR DOS PROBLEMAS iniciais, o Ciência sem Fronteiras é uma iniciativa importante para a internacionalização da educação brasileira, disseram pesquisadores convidados para audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Eles observaram que o programa contribui para o fim do isolamento científico do país, mas os resultados só poderão ser percebidos em médio e longo prazos. Também defenderam avaliações e medições de custo-benefício.

De acordo o diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Adalberto Val, o Brasil não produz tecnologia porque as matrículas nas engenharias não passam de 4%.

— O Ciência sem Fronteiras tem apenas quatro anos e a formação de um engenheiro razoável leva cinco e mais cinco para que ele se torne bom. Por isso, avaliar o programa como malsucedido neste momento não é razoável, muito menos abortá-lo no nascedouro — avaliou.

No entanto, a função social do programa deve ser averiguada, defendeu o diretor da Capes. Não estão previstos novos editais de concessão de bolsas no ano que vem. Em tempos de ajuste fiscal, o programa sofreu um corte de 35% no orçamento e os recursos mantidos serão utilizados para a conclusão dos cursos dos alunos que já estão no exterior, até 2018.

Val respondeu a pergunta de internauta feita pelo e-Cidadania, afirmando que



Geraldo Nunes Sobrinho, Adalberto Luis Val, Cristovam Buarque, Fernanda Sobral e Mariano Laplane avaliam programa

promover o encerramento abrupto dos estudos afetaria até mesmo a credibilidade das instituições brasileiras.

— Estamos no meio do processo, deixar estagnar é perder o investimento feito até aqui — avaliou.

## Resultados

Para o coordenador-geral do Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Geraldo Nunes, o investimento nos pesquisadores trará resultados. Ele lembrou que, nas décadas de 60 e 70, o governo investiu na formação de doutores no exterior nas áreas de exploração de petróleo, pesquisa agrícola e design de aeronaves e hoje o Brasil é um dos líderes mundiais nos três campos.

O presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Mariano Laplane, afirmou que o Brasil está entre os dez países que mais direcionam recursos para pesquisa e desenvolvimento, mas fica

atrás dos integrantes do G7 e de China, Coreia do Sul, Índia e Rússia, com cerca de US\$ 33 bilhões em 2014. Os Estados Unidos investiram US\$ 465 bilhões, a China, US\$ 284 bilhões e a Rússia, US\$ 40 bilhões no mesmo período. Ele defendeu o estímulo às áreas de engenharia e ciência.

— Manter vocações e construir novas é um desafio caro. Precisamos gastar muito e gastar bem. Metade do que a Coreia gasta é na indústria de televisores e hoje ela domina o setor mundialmente — opinou.

Também foram citados os investimentos dos Estados Unidos, que dominam as áreas de telefonia e informática, e a Alemanha, no setor de automóveis.

Omar Aziz (PSD-AM), relator da avaliação do Ciência sem Fronteiras como política pública da CCT, disse que essa é uma imensa lacuna brasileira: descobrir sua vocação. O senador sugeriu que o Brasil invista em biotecnologia e disse que a Amazônia é uma reserva

imensa de matéria-prima.

Para ele, o Ciência sem Fronteiras custa muito e é mais bem aproveitado individualmente pelos beneficiados que pela sociedade.

— Os R\$ 9,5 bilhões gastos até agora não trouxeram retorno para o país — disse.

Omar defendeu o investimento desses recursos na própria educação brasileira, já que há universidades federais correndo o risco de serem fechadas por falta de laboratório, por exemplo.

## Avaliação

Fernanda Sobral, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), defendeu uma ampla avaliação para aperfeiçoamento do programa, com ênfase nos impactos socioeconômicos, além de científicos.

— Acho que o programa está atendendo aos objetivos de ampliação de estudo para inovação no exterior. Mas precisa saber até que ponto essa ampliação trouxe impactos

para aumento da inovação no país — disse.

Fernanda citou pontos positivos do programa, como a ampliação do acesso a estudos no exterior em áreas estratégicas para a inovação e o fato de ficar patente para a sociedade brasileira a importância do aprendizado de uma língua estrangeira, além da valorização da graduação brasileira. Universidades estrangeiras estão procurando alunos brasileiros porque “sabem que eles são bons”.

Ela também apontou alguns gargalos, como a falta de planejamento e informação entre as agências de fomento e universidades, as dificuldades de aproveitamento de disciplinas depois que os estudantes voltam e de obtenção de vistos para pesquisadores estrangeiros.

O presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com a relevância do programa, apesar das falhas, da maneira apressada como foi posto em prática e da falta de avaliações para medir sua eficácia e seus benefícios.

— É um grande programa, foi uma grande iniciativa, mas precisa de ajustes. Se formos fazer uma análise de custo-benefício, é muito provável que, comparado com outros investimentos, os resultados do programa não sejam os melhores. Mesmo assim é um programa que traz vantagens para o Brasil — avaliou o senador.

Ele defendeu ainda o investimento na educação de base, pois ali, a seu ver, é que estão os cientistas e engenheiros do futuro.

## Amorim alerta para a situação da saúde em SE

Eduardo Amorim (PSC-SE) afirmou que o tratamento do câncer na rede de saúde pública em Sergipe está seriamente comprometido por falta de recursos e de equipamentos.

Ele informou ontem que o único equipamento de radioterapia do estado é muito antigo e está quebrado, o que deixa os pacientes sem tratamento e correndo risco de piora.

Além disso, a violência continua crescendo, disse. As polícias estão com os contingentes defasados e a população carcerária já ultrapassa 4,5 mil presos, superlotando presídios preparados para receber 2,5 mil pessoas.

— O governo que lá está já está lá há quase dez anos. Quanto tempo será necessário para se instalar um novo aparelho de radioterapia? O câncer não espera, é a luta contra um tumor que cresce dia a dia no corpo de quem é portador — protestou o senador.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Bezerra elogia sugestão de currículo unificado

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou a importância da base nacional curricular, documento proposto pelo Ministério da Educação para unificar o ensino infantil, fundamental e médio em todo o país.

Ele disse que mais de 190 mil escolas serão atingidas pela medida, que vai definir 60% da grade curricular em quatro grandes eixos: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

O senador disse que o documento está na página do Ministério da Educação para receber críticas e sugestões. Ele pediu que o Senado faça uma audiência para apresentar sugestões para aprimorar a base nacional curricular.

— A proposta chega com atraso, mas deve ser elogiada. Com o currículo unificado, poderemos ter os mesmos parâmetros de qualificação e melhorar a qualidade do material didático.



## Proposta de nova Lei de Finanças Públicas é tema de audiência pública em comissão hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove hoje audiência para debater projeto de lei que reestrutura o modelo atual de elaboração da lei orçamentária. Em linhas gerais, o PLS 229/2009 tem como objetivo substituir a Lei de Finanças Públicas (Lei 4.320/1964), aprovada pouco antes do golpe de 1964 e que até hoje normatiza diversos aspectos do Orçamento.

Elaborado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), o PLS 229 foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2010. Desde então, encontra-se em discussão na CAE. O atual relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Entre outros pontos, o projeto enquadra a elaboração do Orçamento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal. Além de responsabilizar os agentes que operam as despesas públicas, o texto define as responsabilidades do ordenador de despesas,

limita a inscrição de restos a pagar à existência de disponibilidade financeira para as despesas de custeio e define procedimentos específicos para a aprovação de dispositivos que gerem créditos em favor de terceiros.

O projeto prevê definição precisa da abrangência do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outras alterações.

Para o debate proposto por Delcídio do Amaral (PT-MS), foram convidados o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Tarcísio Massote de Godoy; o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira; além do consultor legislativo do Senado Marcos Mendes.

Também deverão participar da audiência pública, marcada para as 14h, os consultores de Orçamento Hélio Tollini e Fernando Moutinho, da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente.

# Projeto prevê que manual de carro identifique peças

Objetivo da proposta, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, é permitir que cliente compre peça de reposição com mais facilidade, o que hoje é dificultado pela constante mudança nos veículos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o PLS 125/2010, que obriga o fabricante e o importador de automóvel a inserir no manual do veículo uma relação com nome, marca e código de referência das principais peças. O projeto é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador argumenta que a ausência de informação sobre os códigos de referência dos componentes de reposição é uma prática abusiva da indústria automobilística e fere o Código de Defesa do Consumidor.

A relatoria é de Reguffe (PDT-DF), que fez alterações na proposta. Não opinião dele, não seria desejável a lei dizer como deve ser oferecido o catálogo — se impresso, por meio eletrônico ou pela internet. Por isso, disse ter mudado texto para que o fabricante tenha a liberdade de oferecer a informação “pelo meio que achar conveniente”.

Ele também ampliou o alcance da norma para caminhões, ônibus, motos e máquinas agrícolas.

O projeto vai agora para a

Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Se for aprovado lá e não houver recurso para votação em Plenário, poderá ser enviado para a Câmara dos Deputados.

## Contribuição sindical

Os senadores também iniciaram a análise do PLS 124/2014, do ex-senador Alfredo Nascimento, que isenta os servidores públicos de contribuição sindical.

A proposta abrange os trabalhadores com vínculo estatutário com a União, os estados e os municípios. Flexa, que relata esse projeto, lembra que não há lei que determine o pagamento. O Judiciário tem se manifestado de forma divergente sobre o assunto, ora contra, ora a favor do pagamento, segundo o senador.

O autor do projeto argumenta que a função da contribuição é ajudar os trabalhadores a superarem a natural desigualdade econômica entre empregado e empregador. Todavia, adverte, não existe no serviço público o desempenho de atividade econômica por parte do Estado. E, quando

existe, afirma ele, isso é feito por meio de empresas públicas ou sociedades de economia mista, cujos empregados são contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não têm vínculo estatutário.

Paulo Paim (PT-PT) se manifestou contra a proposta e disse que ela seria um risco à existência das entidades que defendem os direitos dos trabalhadores. O senador também lembrou que, quando o sindicato faz acordo, ele o faz para toda a categoria.

Diante do impasse, o vice-presidente da CAE, Raimundo Lira (PMDB-PB), concedeu vista coletiva e concordou com um pedido de realização de audiência pública para que o assunto seja debatido.

No fim da reunião, foram aprovados requerimentos de audiência pública. Entre os temas a serem debatidos, estão a situação da dívida pública brasileira, os efeitos fiscais das políticas monetária e cambial e as consequências do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo no porto de Santos. As datas dos debates ainda não foram marcadas.

## AGENDA BRASIL

### Lei Geral das Agências Reguladoras já pode ser votada em comissão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina hoje o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras. O texto, que integra a Agenda Brasil, estabelece regras para gestão, organização e controle social das agências federais. Também promove ajustes nas leis específicas de criação de cada uma delas.

Proposto pelo senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE), o PLS 52/2013 reproduz em grande medida o conteúdo do PLC 3.337/2004. O texto foi arquivado a pedido da presidente Dilma Rousseff em 2013.

O projeto traz, entre outros pontos, a exigência de celebração dos chamados contratos de gestão, que devem trazer metas, mecanismos, fontes de custeio e resultados das ações regulatórias e fiscalizatórias das autarquias.

Outra regra proposta no PLS estabelece mandato máximo de quatro anos para os dirigentes, admitida uma única recondução.

O relator na CCJ, senador Walter Pinheiro (PT-BA), promoveu uma série de mudanças no texto. Segundo ele, o projeto tem objetivo

de afastar o que chamou de uma das principais distorções no modelo atual: “o exercício de competências de governo pelas agências reguladoras, como a absorção da atividade de formulação de políticas públicas e do poder de outorgar e conceder serviços”.

Uma das emendas apresentadas pelo senador prevê que os presidentes das agências compareçam anualmente ao Congresso para prestar contas da atuação nos respectivos mercados regulados.

“O modelo de agências é necessário para o bom funcionamento da maior parte dos setores encarregados da provisão de serviços públicos”, justificou Pinheiro.

Além do PLS 52/2013, a pauta da reunião da CCJ conta com outros 26 projetos. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, que derruba a vinculação automática entre vencimentos mensais recebidos por agentes públicos, como parlamentares e ministros dos tribunais superiores. A ideia da PEC é impedir o “efeito cascata” no reajuste das remunerações.

### Proposta que limita dívida da União deve ter análise concluída

Mais dois projetos da Agenda Brasil devem ter a análise concluída hoje na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. O primeiro, PRS 84/2007, define um limite para a dívida da União. O segundo, PLS 136/2015, garante apoio financeiro para as exportações de estados e municípios. A discussão das duas propostas começou na semana passada, mas um pedido de vista coletiva adiou a votação.

Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o PRS 84/2007 atende uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Estados e municípios já possuem limites para endividamento.

O projeto determina que, ao final de 15 anos, a dívida consolidada do país não poderá exceder quatro vezes a receita corrente líquida, e a dívida consolidada líquida não poderá ser maior que uma vez e meia a receita corrente líquida.

— A vantagem de fixar limites para as dívidas é criar incentivos a condutas fiscais

mais austeras. E isso é uma condição para que o Brasil cresça de forma sustentada — disse o relator, senador José Serra (PSDB-SP).

## Exportações

O PLS 136/2015, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), cria uma ajuda da União para estados e municípios no valor de R\$ 1,95 bilhão, destinada a incentivar as exportações. A União repassará 75% dos recursos aos estados e 25% aos municípios.

Lúcia Vânia explicou que, desde a Lei Kandir, a União vem compensando estados pela perda de arrecadação do ICMS decorrente de exportações. Entretanto, o auxílio deixou de ser regular, tendo o último sido proposto em dezembro de 2013, pela Medida Provisória 629. A intenção do PLS é retomar o auxílio financeiro, pelo menos para 2015.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), favorável ao texto, argumentou que o projeto não cria novos gastos, mas direciona um valor já previsto pelo governo.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Flexa Ribeiro, autor do projeto que obriga as montadoras a incluir nos manuais a especificação das peças dos carros

## Indicado para direção da Anatel é sabatinado hoje

A Comissão de Infraestrutura (CI) se reúne hoje, às 8h30, para sabatar o professor Otavio Luiz Rodrigues Junior, indicado pela Presidência da República para integrar o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A indicação é relatada pelo senador Elmano Férrer (PTB-PI).

Primeira agência reguladora do país, a Anatel foi criada em 1997 e tem independência administrativa e autonomia financeira. O objetivo prin-

cipal do órgão é adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.

Após a sabatina, os senadores que integram a comissão devem votar quatro requerimentos que pedem a realização de audiências públicas sobre os seguintes temas: o transporte de menores de 10 anos de idade e a utilização do dispositivo de retenção para a condução de crianças

em veículos de transporte escolar; as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil e o cronograma das obras atuais sob responsabilidade do governo federal; a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura; e a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



O ministro Eliseu Padilha, da Aviação Civil, explica, ao lado do senador João Alberto Souza (C), os planos do governo para baratear passagens dos voos para o Norte

## Subsídio reduzirá tarifas em voos na Região Norte, diz ministro Padilha

Senadores reclamaram que passagens para os estados da Amazônia Legal são caras e que há poucos voos conectando-a ao resto do país

O SUBSÍDIO DE tarifas aeroportuárias e passagens aéreas, previsto no Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, foi a saída apontada pelo ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, para redução do preço das tarifas dos voos da Região Norte.

O ministro participou ontem de uma audiência das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pela legislação, é o mercado que disciplina o preço das passagens. Segundo o ministro, essa regra resultou na redução média de 48% no valor das tarifas nos últimos seis anos.

A queda de preços, no entanto, não ocorreu nos estados da Região Norte, afirmaram senadores da região. Ao contrário, disseram, houve elevação de tarifas e redução de rotas.

O ministro concorda que as características das localidades da Amazônia justificam

a adoção de mecanismos específicos para estimular as rotas regionais e promover a redução de preços.

No programa, informou Padilha, estão previstos subsídios para aeroportos com até 800 mil passageiros anuais na Amazônia Legal. A medida visa garantir a oferta regular de voos, a preços capazes de popularizar o transporte aéreo.

— O que vai viabilizar todo o processo, inclusive para as companhias aéreas, é a fidelização do voo, que vem através do subsídio. Fidelizando o voo, automaticamente o voo fideliza o passageiro — disse.

O ministro explicou que será realizada uma licitação entre as empresas e a que oferecer o valor mais baixo nas passagens vai receber subsídios federais.

Como relatou Jorge Viana (PT-AC), a tarifa para o Acre supera a praticada nos voos internacionais.

— Uma passagem de Brasília para Orlando custa R\$ 1,1 mil. Para Frankfurt, R\$ 2 mil. E uma

ida de Brasília para Rio Branco custa R\$ 2,7 mil. É mais negócio morar na Europa ou nos EUA e vir trabalhar aqui, do ponto de vista das passagens aéreas. E não temos a quem recorrer — protestou o senador.

Além do preço das passagens, a população do Amapá enfrenta a redução da oferta de voos, afirmou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP):

— Só em Macapá, a Gol e a TAM tinham quatro voos e agora têm dois. É preciso subsidiar os voos na Amazônia. Não tem outro caminho. Se for esperar pela regra de mercado, nossos estados estarão condenados.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou a imediata entrada em vigor dos subsídios, mas observou que a medida não terá impacto sobre o preço da passagem para capitais do Norte, pois só valem para aeroportos regionais.

Quanto à possibilidade de redução de ICMS incidente sobre o combustível utilizado nas aeronaves, que representa 38%

dos custos, o ministro explicou que o imposto é uma importante fonte de receita dos estados, que hoje teriam dificuldades em oferecer concessões.

Omar Aziz (PSD-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também relataram problemas no transporte aéreo no Amazonas e pediram urgência na adoção de soluções.

Frente à reclamação de Sérgio Petecão (PSD-AC) sobre a seleção dos 67 municípios da Amazônia Legal que receberão investimentos para a aviação regional, Eliseu Padilha apresentou a possibilidade de revisão da escolha das localidades.

Acompanharam o ministro na audiência pública o secretário-executivo da Secretaria de Aviação Civil, Guilherme Ramalho; o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany; e o presidente da Infraero, Gustavo do Vale. Eles responderam questões dos senadores sobre aspectos específicos de suas pastas.

## Viana reclama do preço das passagens para a Amazônia

Jorge Viana (PT-AC) relatou audiência realizada ontem no Senado sobre o alto preço das passagens aéreas para a região amazônica. Ele disse que a infraestrutura aeroportuária da Amazônia é muito limitada e que os 25 milhões de pessoas que vivem na região pagam preço injusto. Pediu mais atenção do poder público para a situação.

Viana também reclamou dos frequentes apagões que atingem Rio Branco na última semana. Ele disse que a falta de energia elétrica prejudica comerciantes, empresas, agricultores e indústrias.

— Hoje já me prometeram que não haverá mais apagão, mas estou apresentando requerimento ao ministro [de Minas e Energia] Eduardo Braga e ao presidente da Aneel. Quem vai ressarcir o prejuízo dos pequenos comerciantes, dos agricultores, daqueles que perderam o que tinham por conta de até oito horas de apagão? Foram cinco apagões em uma semana.

## Dívida pode deixar Brasil fora de reunião do café, avisa Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alertou para o fato de que o Brasil corre o risco de, pela primeira vez, não ter assento, nem voz e voto na reunião anual da Organização Internacional do Café, em Milão, na Itália, a partir do dia 2 de outubro. Segundo o senador, essa situação vergonhosa se deve à desorganização do governo, que ainda não pagou a dívida de 300 mil libras esterlinas com a entidade, que reúne produtores e exportadores de café do mundo inteiro e é presidida por um brasileiro.

Ferraço explicou que quem está inadimplente não pode participar da reunião e pediu ao governo que pague logo o que o Brasil deve.

— Quero crer que Kátia Abreu, nossa ministra da Agricultura, não permitirá esse vexame a que o nosso país estará submetido caso até sexta-feira não acerte as contas com a organização. Vai ser uma humilhação pela primeira vez, em 52 anos, nosso país não ter assento na reunião anual da Organização Internacional do Café.

## Comandante do Exército discute projetos das Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública interativa amanhã, com a presença do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, para de-

bater os projetos estratégicos das Forças Armadas.

Também será discutida a base industrial de defesa — conjunto das empresas estatais e privadas e das organizações civis e militares

que participam da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção dos chamados produtos estratégicos de defesa (armamentos, radares, softwares, ferramentas de segurança da

informação, entre outros).

O requerimento para realização da audiência é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Despejo de famílias em Goiânia é tema de debate

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz audiência pública hoje sobre a situação de 53 famílias de Goiânia ameaçadas de despejo. O debate foi requerido por Ronaldo Caiado (DEM-GO). A CDR é presidida por Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o vice-presidente é João Alberto Souza (PMDB-MA).

Foram convidados o presidente da Associação dos Moradores da Quadra 88 do Setor Universitário (Asmo88), Roney Sharly Faria Martins, e o reitor

da Universidade Federal de Goiás (UFG), Orlando Afonso Valle do Amaral.

Caiado explica que a ocupação irregular da Quadra 88 do Setor Universitário, em Goiânia, começou na década de 30, com trabalhadores, antes da fundação da cidade, em 1933. Em 1961, o governo de Goiás doou a área para a União, que a transferiu para a UFG. Em 1968, como a área não havia sido usada pela UFG, foi doada para a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e

o estado reconheceu o direito das famílias à indenização. Entretanto, em 1993, a UFG entrou na Justiça contra a PUC-GO e as 53 famílias, pedindo a reintegração de posse.

“Diante de tamanha insegurança que vem há anos afligindo essas famílias, este Parlamento há de, em audiência pública, dar oportunidade às partes envolvidas para que exponham seus pontos de vista, tudo em homenagem aos princípios basilares da boa-fé e do direito a uma moradia

digna que possuem todos os cidadãos brasileiros”, diz Caiado no requerimento da audiência.

Após a audiência, os senadores da CDR devem votar requerimentos para audiências públicas sobre as novas diretrizes do Ministério do Planejamento para contratação direta de companhias aéreas, sem intermediação das agências de viagem, e sobre o Plano Estratégico de Fronteiras.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Policiais mulheres dizem ser vítimas frequentes de assédio moral e sexual

À Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, oficiais narraram os dramas que vivem no trabalho

A PUNIÇÃO PARA os policiais envolvidos em casos de assédio sexual e moral foi defendida na audiência pública interativa na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher realizada ontem.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam que 40% das agentes das guardas municipais, da perícia criminal, do corpo de bombeiros, da polícia civil e da Polícia Federal já sofreram assédio moral ou sexual.

Na maioria dos casos, o agressor foi um superior hierárquico. Apenas 12% das vítimas denunciaram o abuso. Cerca de 50% das policiais afirmaram não saber como denunciar os casos e 78% das que registram queixa não ficaram satisfeitas com o desfecho dos episódios.

— Se temos policiais vestidos de bandidos, temos que eliminá-los. O assédio é violentíssimo. Partindo de alguém superior, é mais grave ainda — afirmou a secretária de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki.

Regina disse que as policiais sofrem com a falta de instrumentos adequados de trabalho, citando o caso dos coletes de proteção (voltados à compleição física dos homens) e da empunhadura das armas (mais adequadas à mão dos colegas masculinos).

Integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais, as soldadas



A senadora Vanessa Grazziotin (D) faz pergunta às policiais militares que narraram episódios de violência moral no trabalho

Katya Flávia Queiroz e Marcela Oliveira narraram os casos sofridos de assédio. A comissão vai requerer à PM mineira esclarecimentos. Disse Kátya:

— O caso ainda não teve resultado. Foi mais um de muitos. Policiais e mulheres de outras instituições não têm coragem de relatar esse fato. Se o nosso próprio superior foi capaz de provocar assédio, onde vamos buscar auxílio?

## Terror psicológico

Marcela Oliveira afirmou que o terror psicológico decorrente do assédio prejudica as policiais e leva ao cometimento de erros, que prejudicam as promoções e o recebimento de abonos:

— O autor do assédio, um tenente, trabalhava ao lado e constantemente entrava

na nossa sala, sem motivo aparente, só para mostrar superioridade. Tínhamos que prestar continência. Ele olhava o que a gente estava acessando no computador. Ele começou a fazer a cabeça dos outros oficiais para nos punirem em relação a qualquer fato que ocorresse durante o serviço.

Representante da Polícia Rodoviária Federal, Marli Bertolino disse que as mulheres sempre são assediadas no ambiente de trabalho:

— Quando a policial repreende um motorista na estrada, ela não é respeitada como uma verdadeira policial. A mulher policial é considerada sexo frágil. Elas vêm reclamando demais desse desrespeito de seus superiores e seus colegas. Há muitos casos de suicídio e depressão na polícia.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a federalização do crime de feminicídio. A senadora Regina Sousa (PT-PI) disse que as mulheres invadiram o espaço masculino nas corporações militares. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) cobrou ações mais efetivas para coibir a violência e avançar nas políticas de promoção e proteção dos direitos das mulheres policiais.

A relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), propôs que se solicitem de todas as secretarias de Segurança os registros de casos de assédio e que se façam diligências em quartéis.

A comissão é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e tem como vice-presidente a deputada Keiko Ota (PSB-SP).

## Ângela comemora aprovação da PEC da Segurança no Senado

Ângela Portela (PT-RR) celebrou a aprovação, pelo Senado, da PEC 33/2014, que inclui a segurança



pública entre as competências comuns de União, estados, Distrito Federal e municípios.

Ângela lembrou que a violência se tornou um problema endêmico no país e, muitas vezes, o que se observa é a ausência total do Estado para tentar buscar uma solução para a insegurança a que é relegada a população. Por isso, ela considera fundamental a iniciativa e espera que a Câmara dos Deputados também a aprove:

— A violência tornou-se uma doença endêmica, que precisa de políticas qualificadas para o seu combate. Nesse sentido, a PEC 33 reforça o papel do governo na promoção e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à questão da segurança.

## Quem defende o impeachment quer golpe, critica Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou os que defendem o impeachment da presidente Dilma Rousseff, afirmando que baixa popularidade e crise econômica não podem ser desculpa para afastar um presidente da República.

Vanessa disse que, para que um presidente sofra processo de impeachment, é preciso que ele cometa algum crime, e não existe absolutamente nada contra Dilma.

A senadora citou entrevista que o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto deu ao jornal *Folha de S. Paulo*, em que ele afirma que não há qualquer base jurídica que sustente um processo de impeachment.

Para Vanessa, quem levanta a bandeira do impeachment está, na verdade, defendendo um golpe, o que ela considera “extremamente danoso para a jovem democracia” brasileira.

## CPI do Futebol decide hoje se pedirá quebra dos sigilos de Marin

A CPI do Futebol analisará hoje um pedido de Paulo Bauer (PSDB-SC) para que a comissão tenha acesso aos dados bancários e fiscais de José Maria Marin, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Marin e outros dirigentes do futebol mundial foram detidos sob a acusação de fraudes eletrônicas financeiras, lavagem de dinheiro e corrupção.

As apurações do Departamento de Justiça dos EUA servem de base para que Bauer, que é vice-presidente da CPI, solicite ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) informações relativas às movimentações financeiras de Marin entre março de 2012, quando assumiu a entidade, e maio deste ano, quando foi preso.

Também constam da pauta

pedidos de Romário (PSB-RJ), presidente da CPI, para que sejam convocados o presidente da CBF, Marco Polo del Nero, e o ex-presidente Ricardo Teixeira. Ele também solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal de José Margulies, outro acusado pela Justiça norte-americana de lavagem de dinheiro, extorsão e fraude.

Também pode ser chamado a depor, a pedido de Humberto

Costa (PT-PE), o presidente da Federação Paranaense de Futebol, Hélio Cury. Ele é réu em uma ação cível por gestão temerária à frente da entidade.

Ainda consta da pauta o pedido para que a General Motors envie à CPI os contratos que fez com 18 federações de futebol.

A pedido de Wellington Fagundes (PR-MT), pode ser convocado o empresário Wagner Abrahão, do ramo de turismo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Orçamento terá mais relatores no Congresso

Proposta, que será promulgada, estabelece que número de relatorias subirá de 10 para 16. Infraestrutura, por exemplo, será dividida entre transporte e energia. Análise agora poderá ser mais aprofundada

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem o Projeto de Resolução (PRN) 3/2015, que amplia de 10 para 16 o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual. A proposta agora será promulgada pelo Congresso.

Jorge Viana (PT-AC) atuou como relator da matéria no Plenário e disse que o projeto é uma forma de melhorar os procedimentos relacionados à tramitação orçamentária. Ele explicou que, entre as mudanças previstas no projeto, a relatoria de infraestrutura foi dividida nos temas transporte e minas e energia. O tema meio ambiente, acrescentou o senador, passa a ter agora uma relatoria específica.

Viana acatou a sugestão de que as comissões mistas do Congresso também sejam

legitimadas a apresentar emendas ao Orçamento. Outra sugestão acatada pelo relator é a que amplia a possibilidade de apresentação de destaques na apreciação do Orçamento no Plenário.

Para o deputado Danilo Fortes (PMDB-CE), a ampliação de relatorias é uma forma de construir um processo mais plural e mais transparente na elaboração do Orçamento.

— É um avanço porque democratiza e dá mais dinamismo ao Orçamento, principalmente neste momento de crise que o país vive — declarou.

A medida pretende aumentar a especialização dos relatores, aprofundando a análise do projeto de lei orçamentária anual de iniciativa do Poder Executivo. Também visa ga-



Os senadores e deputados reunidos no Congresso votam a proposta que eleva o número de relatorias do Orçamento

rantir o interesse das bancadas e comissões nas suas áreas de atuação e ao mesmo tempo evitar a criação de relatorias sem um número mínimo de emendas coletivas.

Com a ampliação do número de relatores, a Comissão

Mista de Orçamento (CMO) poderá contar com maior capacidade de trabalho legislativo, inclusive para aumentar a transparência e a participação dos seus integrantes na aprovação do Orçamento.

Para tanto, estabelece um

prazo fixo para apresentação de emendas individuais e coletivas, entre 1º e 20 de outubro de cada ano. Assim, seria garantido um prazo maior para avaliação das emendas pelos relatores e para análise de relatórios pela CMO.

## Fies deve receber verba extra de R\$ 5,18 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 686/2015, que libera crédito extraordinário de R\$ 5,18 bilhões para atender despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Benedito de Lira (PP-AL). A MP será analisada agora no Plenário da Câmara, onde chega trancando a pauta.

A maior parte dos recursos previstos na norma (R\$ 4,2 bilhões) vai diretamente para os contratos já existentes e para abertura de 61,5 mil novas vagas para o segundo semestre.

Outros R\$ 578,27 milhões serão usados para administração do Fies e R\$ 400 milhões para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, que dispensa a exigência de fiador a estudantes de menor renda. No início do ano, foram firmados 252 mil novos financiamentos, com custo de R\$ 2,5 bilhões.

A MP também libera R\$ 35,82 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) garantir a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes



Medida aprovada pela CMO também autoriza empréstimo para compra de caças

(Enade) por 500 mil estudantes de ensino superior.

A MP aprovada destina ainda R\$ 4,6 bilhões para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O PSI foi criado em 2009 para estimular a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital e a inovação tecnológica e vem sendo renovado ano a ano.

O governo argumenta que a medida foi necessária devido à redução de dotação orçamentária para o PSI na Lei Orçamentária Anual de 2015.

Além disso, a MP autoriza a contratação de empréstimo externo para compra de 36 caças suecos Gripen NG para a Força

Aérea Brasileira (FAB), dentro do Projeto FX-2. Pelo contrato fechado com o governo, os suecos vão cobrar juros anuais de 2,19% no financiamento oferecido pela SEK (agência de promoção de exportações do país escandinavo). Em 2014, o valor acertado foi de US\$ 5,4 bilhões. Com o fim das negociações entre os países, o contrato segue agora para aprovação final no Senado.

A primeira aeronave deverá ser entregue em 2019 e a última, em 2024. O contrato prevê a fabricação de 15 das 36 unidades no Brasil, incluindo 8 unidades de dois lugares, modelo criado especialmente para a FAB.

## País não pode aceitar aumento de despesas, diz presidente da CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, reuniu-se na manhã de ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para discutir a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento da indústria.

Andrade disse que a CNI é contra o aumento de impostos e defendeu a manutenção, pelo Congresso, dos vetos que teriam forte impacto orçamentário. Ele também pediu a votação de reformas estruturais, como a administrativa e a da Previdência:

— O país está passando por uma dificuldade muito grande, independente do mérito de um ou outro projeto, de um ou outro aumento de despesa. Mas entendemos que, neste momento, o país não pode, de maneira alguma, aceitar qualquer tipo de aumento de custo, de aumento de despesa, porque estamos extremamente fragilizados.

Participaram da reunião os

senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Romero Jucá (PMDB-RR), relator e vice-presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, criada para examinar as propostas da Agenda Brasil. Também estava presente o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), José Carlos Lyra de Andrade.

### Sistema S

O presidente da CNI disse que negocia com os ministros Aloizio Mercadante, da Casa Civil, e Armando Monteiro, do Desenvolvimento, alternativas ao corte anunciado pelo governo para o Sistema S. O governo pretende redirecionar 30% do que é recolhido pelo Sistema S, cerca de R\$ 6 bilhões, para a Previdência.

Segundo Andrade, o Sesi e o Senai recolhem, por ano, R\$ 7,9 bilhões e, atualmente, o dinheiro em caixa é suficiente para manter as escolas funcionando apenas pelos próximos dez meses.

## Comissão mista sobre Chesf vota parecer hoje

A comissão mista sobre a Medida Provisória 677/2015 adiou para hoje a reunião para analisar o parecer do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A MP 677 autoriza a Com-

panhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica.

O presidente do colegiado é o deputado Manoel Junior (PMDB-PB).

A nova reunião será na sala 7 da Ala Alexandre Costa, no Senado, às 14h.

(Da Agência Câmara)



Andrade discutiu com Renan a retomada do crescimento e pediu reformas

Projeto que estabelecia a fórmula 85/95 para cálculo da aposentadoria dá lugar a texto editado pelo governo. Faltou decidir sobre seis outros vetos, ainda sem data para votação

# Congresso mantém 26 vetos e adia decisão sobre reajuste na Justiça

O CONGRESSO MANTEVE ontem 26 dos 32 vetos presidenciais que estavam na pauta, incluindo aquele feito ao projeto que criava alternativa ao favor previdenciário como regra para aposentadoria. A votação do veto ao reajuste de até 78,56% para servidores da Justiça está entre as seis decisões que ficaram pendentes. Diante da iminente falta de quórum, o presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou às 2h20 a sessão que começara às 20h45. Também ficaram pendentes outros cinco vetos, como o que trata de terrenos de marinha e o que atrela aposentadorias ao reajuste do salário mínimo.

O projeto com mudanças nas regras da Previdência Social foi aprovado pelo Congresso no fim de maio. Na época do veto, a Presidência da República editou a MP 676/2015: o segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não aplicação do fator previdenciário e escolher a fórmula 85/95 no cálculo — mas ela será acrescida em 1 ponto em diferentes datas, a partir de 2017 —, atrasando um pouco mais o acesso ao benefício.

Durante todo o dia, milhares de servidores do Poder Judiciário ocuparam o gramado e as dependências do Congresso, com muito barulho, carros de som, vuvuzelas e protestos verbais, para tentar sensibilizar os congressistas a derrubarem o Veto 26/2015.

A justificativa da presidente Dilma Rousseff para vetar o reajuste salarial foi que o projeto geraria impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões para os próximos quatro anos, passando dos R\$ 10 bilhões por exercício, sendo “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal”.

Magno Malta (PR-ES) defendeu a derrubada do veto, lembrando que o reajuste foi aprovado nas duas Casas do Congresso. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez críticas gerais ao governo Dilma e disse que o Executivo deveria cortar gastos com cartões corporativos e cargos comissionados, em vez de “penalizar o povo brasileiro”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que o argumento do governo por “responsabilidade” é apenas uma desculpa para “colocar a crise nas costas dos trabalhadores”. Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Reguffe (PDT-DF) também defenderam o reajuste.



Congresso manteve veto a alternativa ao fator previdenciário e não votou 6 itens por falta de quórum

Jefferson Rudy/Agência Senado

## Demais vetos que foram mantidos

- **CPC (Veto 5/2015):** o PLS 166/2010 deu origem à Lei 13.105/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil. A presidente Dilma aplicou sete vetos ao texto, com 1.072 artigos. Desses, três foram integralmente suprimidos, entre eles o que permitia converter ação individual em coletiva, e outros quatro tiveram cortes parciais.
- **FUSÃO DE PARTIDOS (Veto 6/2015):** o PLC 4/2015 originou a Lei 13.107/2015. O dispositivo vetado exigia o mínimo de cinco anos de existência para partidos políticos pleitearem fusão de legendas.
- **RESÍDUOS SÓLIDOS (Veto 7/2015):** o PLC 114/2013 incluía a realização de campanhas educativas sobre limpeza urbana e manejo de lixo entre os itens obrigatórios dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos. A presidente Dilma alegou que o acréscimo da exigência poderia gerar um efeito contrário ao pretendido.
- **EXPORTAÇÕES (Veto 8/2015):** a presidente retirou um dispositivo do Orçamento 2015 que tratava dos coeficientes de rateio do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) entre os estados. Dilma também vetou o provimento de cargos e funções previsto para o Banco Central e para a Receita Federal.
- **LEI GERAL DAS ANTENAS (Veto 9/2015):** um dos pontos rejeitados dá à Anatel o poder de conceder autorização à prestadora de serviço que não conseguir emissão de licença para instalação de torres em área urbana no prazo de 60 dias. Dilma argumenta que o dispositivo viola o pacto federativo.
- **EX-TERRITÓRIOS (Veto 10/2015):** vetados 18 dispositivos da MP 660/2015, que se transformou na Lei 13.121/2015, entre os quais o que garantia ao grupo de fiscalização tributária dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia a mesma remuneração dos auditores fiscais da Receita Federal.
- **BIODIVERSIDADE (Veto 11/2015):** o PLC 2/2015 instituiu o novo marco da biodiversidade. O principal veto está relacionado à repartição de benefícios com as comunidades tradicionais. Dilma retirou um parágrafo que isentava do pagamento de royalties produtos que tiveram a pesquisa iniciada antes de 29 de junho de 2000.
- **BNDES (Veto 12/2015):** lei derivada da MP 661/2014 autorizava a União a conceder crédito de R\$ 30 bilhões ao BNDES. Um dos pontos vetados previa o fim do sigilo das operações financeiras do BNDES e de suas subsidiárias. Dilma Rousseff alegou que a liberação irrestrita dos dados “feriria sigilos bancários e empresariais”.
- **ARBITRAGEM (Veto 13/2015):** o PLS 406/2013 ampliava a aplicação da arbitragem. Dilma vetou dispositivo segundo o qual, nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se redigida em negrito ou em documento apartado. Alegou que esses dispositivos poderiam significar retrocesso na proteção do consumidor.
- **DOMÉSTICAS (Veto 14/2015):** no projeto que regulamentou a chamada PEC das Domésticas, o veto eliminou a possibilidade de estender o regime de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso aos trabalhadores de outras categorias, como os vigilantes ou os transportadores.
- **NORTE E NORDESTE (Veto 15/2015):** o PLV 5/2015 (MP 663/2014) repassava R\$ 50 bilhões do Tesouro ao BNDES. Foi vetado dispositivo que determinava que, na concessão de financiamentos a taxas subsidiadas, no mínimo 30% dos recursos fossem direcionados a tomadores situados nas Regiões Norte e Nordeste.
- **EDUCAÇÃO BÁSICA (Veto 16/2015):** invalidou totalmente o PLS 572/2011, que alterava o Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar as escolas da educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do estudante. O Ministério da Educação manifestou-se pelo veto ao projeto por entender que o dispositivo trata de regra específica para estabelecimentos de ensino de educação básica, que é matéria de incumbência dos estados e municípios.
- **DJ (Veto 17/2015):** veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 322/2010 que “altera a Lei 6.533/1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ (disc jockey) e Produtor DJ (disc jockey)”.
- **TRABALHO (Veto 18/2015):** veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 3/2015 (oriundo da Medida Provisória 665/2014) que alterou a Lei 7.998/1990, que regula o Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- **AUXÍLIO-DOENÇA (Veto 19/2015):** veto parcial apostado ao PLV 4/2015, oriundo da MP 664/2014, que previa mudanças nas regras de concessão do benefício do auxílio-doença.
- **PIS-COFINS (Veto 20/2015):** veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão 6/2015 (oriundo da Medida Provisória 668/2015), que elevou PIS-Cofins de produtos importados.
- **NATIMORTOS (Veto 22/2015):** veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara 88, de 2013 (PL 5.171/2013, na Casa de origem), que “altera o § 1º do art. 53 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto”.
- **PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Veto 23/2015):** veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado 6, de 2003 (7.699/2006, na Câmara dos Deputados e SCD 4/2015), que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”.
- **FUNDAÇÕES (Veto 27/2015):** veto parcial ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 310/2006, que resultou na Lei 13.151/2015 e amplia o rol de atividades desenvolvidas pelas fundações e abre a possibilidade de remunerar o trabalho de seus dirigentes, sem perder a garantia legal da imunidade tributária.
- **DECORADOR (Veto 28/2015):** o PLS 64/2001 regulamentava o exercício da profissão de decorador. Segundo a mensagem da presidente Dilma, a Constituição diz que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e que as restrições só serão impostas quando houver a possibilidade de dano à sociedade.
- **EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS (Veto 30/2015):** projeto oriundo da MP 673/2015 isentava de licenciamento e emplacamento os tratores e outros aparelhos agrícolas. Um dos artigos vetados dispensava os veículos agrícolas do DPVAT. Também foi vetado dispositivo que enrijecia as penas para o transporte clandestino de passageiros.
- **RETORNO AO SERVIÇO (Veto 32/2015):** veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 82/2012, que autoriza o Poder Executivo a reabrir o prazo para requerimento de retorno ao serviço de servidores públicos exonerados entre 1990 e 1992.
- **GARÇOM (Veto 34/2015):** o PLS 28/1991 dispunha sobre a profissão de garçom, exigindo registro na Delegacia do Trabalho, condicionado à comprovação de dois anos de serviço de alimentação e bebidas em restaurantes, bares e hotéis. Também limitava a taxa de serviço a 10%, a serem divididos entre os empregados da empresa.
- **CÓDIGO CIVIL (Veto 35/2015):** veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2009 (PL 4.457/2012, na Câmara dos Deputados), que “acrescenta parágrafo único ao artigo 566 da Lei 10.406/2002 — Código Civil”.
- **SUBSÍDIOS (Veto 36/2015):** o PLC 21/2015 pretendia tornar permanentes benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos. Com o veto, não serão mais aceitas adesões ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Servidores do Judiciário e do Ministério Público da União fazem manifestação ao lado do Congresso

## José Medeiros defende reposição salarial para servidores do Judiciário

Antes da sessão do Congresso, José Medeiros (PPS-MT) defendeu a rejeição do veto presidencial ao projeto que reajusta os salários dos servidores da Justiça federal. O senador disse que esse aumento repõe perdas causadas pela inflação e explicou que a manutenção do veto fará com que fique para o futuro a necessidade de uma reposição maior.

— O governo mente quando diz que não pode pagar o reajuste e justifica isso com números que não refletem a realidade. Até a semana passada, o Executivo dizia que o aumento dos servidores causaria um rombo R\$ de 24 bilhões, mas hoje alega que será de R\$ 36 bilhões. O país não está quebrado por causa dos servidores públicos.



Fotos: Ana Volp/Agência Senado

## Dólar vai a R\$ 5 se Congresso mantiver aumento, adverte Blairo

Blairo Maggi (PR-MT) disse, antes da sessão do Congresso, que votaria pela manutenção do veto ao reajuste dos servidores do Judiciário e à proposta que prevê aumentos de todas as aposentadorias pelo índice aplicado ao salário mínimo.

— Nós não podemos sacrificar a nação toda, todos os brasileiros, em função de alguns reajustes que irão beneficiar determinadas categorias.

Para ele, os parlamentares devem avaliar os efeitos negativos para a economia de uma eventual derrubada do veto ao reajuste do Judiciário. Ao lembrar que o dólar já passou dos R\$ 4 ontem, disse que a moeda pode chegar aos R\$ 5 se o Congresso não mantiver o veto e dificultar ainda mais o ajuste.

